

O Capital Social na Microrregião de Toledo-PR

Lucir Reinaldo Alves¹
Lizandra Bilha Cruz²
Jandir Ferrera de Lima³
Moacir Piffer⁴

Resumo

Este artigo analisou o estoque de capital social na microrregião de Toledo, no Oeste do Estado do Paraná. Utilizou-se a metodologia apresentada por Oliveira (2006), que analisa as instituições representativas (sindicatos e associações), os fóruns, os conselhos e as câmaras setoriais para quantificar o estoque de capital social. Percebeu-se, pelos resultados, que, desde sua colonização, os municípios que compõem aquela microrregião foram criados em um modelo para facilitar a vida comunitária e o associativismo. Mesmo assim, porém, com a modernização na agricultura e a urbanização, essas relações de confiabilidade foram se perdendo com o tempo. Além disso, notou-se a existência de associações que estão ligadas de forma direta e indireta com os sindicatos e as cooperativas, mostrando a forte relação de confiança que existe na comunidade e, com isso, fortalecendo o capital social novamente.

Palavras-chave: Capital social. Desenvolvimento regional. Microrregião de Toledo.

¹ Doutorando em Geografia no Instituto de Geografia e Ordenamento do Território (IGOT) da Universidade de Lisboa. Mestre em Desenvolvimento Regional pela Universidade de Santa Cruz do Sul – Unisc. Professor assistente do Colegiado de Economia da Unioeste/Campus Toledo-PR. Pesquisador do Grupo de Estudos e Pesquisas em Agronegócio e Desenvolvimento Regional (Gepec). Bolsista Capes, Proc. N. BEX 1007/12-2. lucir_a@hotmail.com, lucir.alves@unioeste.br

² Economista pela Unioeste/Campus Toledo-PR. lizandra_bc@hotmail.com

³ Ph.D. em Desenvolvimento Regional pela Université du Québec (UQAC)/Canadá. Professor-adjunto do Colegiado de Economia e do Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil (Unioeste)/Campus de Toledo. Pesquisador e bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e do Grupo de Pesquisa em Desenvolvimento Regional e Agronegócio (Gepec). jandir@unioeste.br, jandirbr@yahoo.ca

⁴ Doutor em Desenvolvimento Regional pela Universidade de Santa Cruz do Sul – Unisc. Professor-adjunto do Colegiado de Economia e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste)/Campus de Toledo. Pesquisador do Grupo de Estudos e Pesquisas em Agronegócio e Desenvolvimento Regional (Gepec). mopiffer@yahoo.com.br

THE SOCIAL CAPITAL THE TOLEDO MICROREGION IN PARANÁ STATE

Abstract

This paper analyzed the stock of social capital in the microregion of Toledo in the west of Paraná State. We used the methodology described by Oliveira (2006) that analyzes the representative institutions (trade unions and associations), forums, councils and sectoral chambers to quantify the stock of social capital. It was noticed by the results that since the colonization the municipalities that compose this microregion were created on a model to facilitate the community life and the associativism. However, with the modernization in agriculture and urbanization these trustworthiness relationships have been lost over time. Furthermore, it was noted the existence of associations that are linked directly and indirectly with the unions and cooperatives, showing the strong relationship of trust that exists in the community, and thereby strengthening the social capital again.

Keywords: Social capital. Regional development. Microregion of Toledo.

O objetivo deste estudo é analisar o estoque de capital social na microrregião de Toledo.

A partir do século 20 foram realizados vários estudos sobre o desenvolvimento econômico que questionam por que algumas regiões crescem e se desenvolvem e outras não, mesmo estas outras possuindo as mesmas condições de fatores produtivos, como mão de obra, tecnologia, entre outros. Esses desequilíbrios regionais têm sido estudados por duas categorias de desenvolvimento: o sustentável e o endógeno.

O desenvolvimento sustentável está preocupado com a relação do homem com a natureza, voltado para as gerações futuras e a necessidade de elaborar e executar políticas que resultem num desenvolvimento equilibrado e sustentado. Para ser alcançado, o desenvolvimento sustentável depende de planejamento e do reconhecimento de que os recursos naturais são finitos. Esse conceito representou uma nova forma de desenvolvimento econômico, que leva em conta o meio ambiente (WWF Brasil, 2008).

Já o desenvolvimento endógeno surgiu na década de 70, quando se começou a destacar o desenvolvimento da base para o todo, e que se deve utilizar novos fatores produtivos, determinados na própria região. Dentre esses fatores surgiu o capital social, que valoriza a sociedade, as relações sociais, a cooperação e a confiança, visando a melhores condições de vida da população e criando a capacidade de a sociedade liderar e conduzir o seu próprio desenvolvimento, passando a ser uma variável importante para o desenvolvimento socioeconômico (Putnam, 1996). Com isso, uma sociedade civil organizada será capaz de superar problemas presentes e futuros e de tornar esses atributos de organização solidária uma variável-chave para alcançar o desenvolvimento regional (Monastério, 1999).

A microrregião de Toledo, apesar de possuir um capital social bem representativo, não consegue interagir significativamente com outros municípios próximos por motivos de desconfiança e de competição, de forma que isso não traz benefícios para a população. A hipótese da existência de

um estoque de capital social representativo na região ocorre por existir um conjunto de empresas agroindustriais, tais como a C-Vale, Coamo, Copagril, Copacol e a Lar, que agregam vários produtores rurais, além de uma série de instituições representativas dos mais diversos setores. Neste artigo parte-se da hipótese de que quanto maior é o número de cooperativas e de instituições representativas, maior será o estoque de capital social nos municípios.

Além disso, faz-se importante ressaltar a afirmação de Piffer et al. (2007). Segundo estes autores, o processo de desenvolvimento não deve ser realizado exclusivamente para o mercado, mas para a população e suas comunidades. Essa falta de interação entre o seu capital social não é boa para a região. O desenvolvimento deve ser visto como um processo endógeno movido pelo capital social e suas interações. Por meio da cooperação e da interação, as atividades econômicas podem ser estimuladas, as cadeias produtivas complementadas, novos sistemas produtivos serem criados e, com isso, induzir o desenvolvimento regional (Piffer et al., 2007).

Capital Social: Conceitos e Discussões

O desenvolvimento econômico e social, nas últimas décadas, passa a ter uma abordagem na qual o crescimento econômico é apenas parte desse contexto e não a sua totalidade. Essa mudança de foco traz, necessariamente, a discussão para o âmbito regional e local, e para as formas participativas que a sociedade civil pode e deve assumir na gestão dos seus próprios interesses, passando para uma gestão compartilhada com as empresas privadas e com as instituições formais e informais que caracterizam as diversas entidades civis (Santos, 2005).

Nesse contexto surge a necessidade de se estudar o desenvolvimento com enfoque do poder local, do comportamento das instituições, da história e do capital social, com os seus evidentes desdobramentos.

O conceito de capital social não é tão novo como pode parecer. Um dos primeiros teóricos a utilizar a expressão “capital social” foi Lyda Judson Hanifan em 1916, utilizando o conceito para mostrar a existência de uma estreita vinculação entre o aumento da pobreza e o declínio das relações de solidariedade entre os indivíduos de uma determinada comunidade (Soto, 2003).

Segundo Soto (2003), já nos anos 50 John Seeley definiu capital social como as possibilidades de acesso a diversos bens facilitado pelo fato de os indivíduos de uma comunidade pertencerem a alguma associação. Na década de 60, Jane Jacobs mostrou que a presença de redes urbanas de solidariedade constituía um importante capital social para o bem-estar da população. Nos anos 70, Glenn Loury e Ivan Light destacaram que a presença das relações de confiança estimulava o surgimento dos negócios em uma comunidade. Nos anos 80 Pierre Bourdieu definiu capital social como a possibilidade de pertencer a determinados grupos e instituições a partir da existência de uma dotação de recursos. No final da década de 80 James Coleman destacou a importância das normas sociais como referência para a ação dos indivíduos, estabelecendo-se uma espécie de código para determinar se essa ação está certa ou errada. As ações que se situam fora das normas são condenadas pela comunidade.

Recentemente Robert Putnam buscou explicar as desigualdades regionais da Itália a partir da existência de capital social e participação cívica nas comunidades. E por último, Francis Fukuyama analisou as relações entre prosperidade econômica, cultura e capital social (Soto, 2003).

Segundo Albagli e Maciel (2003, citados por Salanek Filho, 2007), pode-se destacar três formas de capital social. A primeira é o nível de confiança, destacando que o capital social é elevado onde as pessoas confiam umas nas outras. A segunda é sobre o desenvolvimento de canais de informações e de ideias. E a terceira forma de capital social é quando os indivíduos trabalham pelo bem coletivo, abandonando seus interesses imediatos.

Para Putnam (1996), o capital social são formas de cooperação e associatividades nas comunidades locais, ou seja, os padrões de organização sociocultural do desenvolvimento regional. A explicação das diferenças regionais do desenvolvimento, segundo Putnam, está na cultura cívica, o civismo, a cultura política e as tradições republicanas, ou seja, a diferença está no capital social. Mesmo as instituições por si só não podem explicar as diferenças regionais.

A cooperação é um elemento-chave no desempenho econômico e político. Robert Putnam é um dos principais defensores do desenvolvimento econômico e político via capital social. Ele argumenta que isso ocorre porque: (i) o progresso econômico e a prosperidade exigem cooperação; (ii) um aspecto essencial do comportamento econômico cooperativo é o capital social; e (iii) o capital social, por sua vez, é tributário do engajamento cívico (Baquero; Cremonese, 2008).

De acordo com Putnam (1996), os estoques de capital social, como confiança, normas e sistemas de participação, tendem a ser cumulativos e a se reforçar mutuamente. Assim, a cooperação é mais fácil numa comunidade que tenha herdado um bom estoque de capital social sob a forma de regras de reciprocidade e sistemas de participação cívica.

A regra da reciprocidade é um componente altamente produtivo do capital social. Uma boa regra de reciprocidade está associada a um amplo sistema de intercâmbio social (Putnam, 1996). As normas de reciprocidade generalizada alimentam um sentimento de confiança, elas são categorias centrais para o conceito de capital social, que influencia no desempenho político e econômico (Pase; Santos, 2008).

E os sistemas de participação cívica, assim como as associações comunitárias, as cooperativas, os clubes desportivos, entre outros, representam uma grande interação horizontal – segundo Putnam são agentes que têm o mesmo *status* e o mesmo poder. Esses sistemas são uma forma essencial de

capital social e, assim, quanto mais desenvolvidos forem esses sistemas numa comunidade, maior será a probabilidade de os seus cidadãos cooperarem em benefício mútuo (Putnam, 1996).

Os cidadãos identificam-se e socializam um sentimento de cumplicidade e confiança neles próprios e nas regras que criam. Assim, o capital social contribui para aumentar a eficiência da sociedade e facilitar ações coordenadas (Pase; Santos, 2008).

Nesse sentido, existem três aspectos que diferenciam capital social das outras formas de capital: o primeiro deles é a sua intangibilidade, apesar da dificuldade de se medir, é possível afirmar que o capital social esteve por trás dos sucessos de desenvolvimento de muitas regiões, e a sua ausência foi a causa de muitos fracassos; o segundo é que o capital social normalmente constitui um bem público, ao contrário do capital convencional, que normalmente é um bem privado; e o terceiro é que ele não se deprecia com o tempo, pois quanto maior sua utilização, maior será o estoque de capital social (Tabosa et al., 2009; Coleman, 1994, citado por Costa, 2005).

A confiança é a essência do capital social. Sem ela torna-se impossível uma sustentabilidade. Se houver a quebra dos laços de solidariedade, haverá a desconfiança. Segundo Amaral Filho (2000, citado por Tabosa et al., 2009), a confiança resulta da cooperação e eficiência coletiva, mas isso não quer dizer que extinguiria a competição entre os indivíduos e grupos sociais. Para Fukuyama (1996), a confiança é o principal elemento para a construção do capital social nas regiões.

De acordo com Fukuyama (2002), também se pode associar a ideia de capital social à noção de cultura. Dessa forma, este autor define capital social como

[...] um conjunto de valores ou normas informais partilhados por membros de um grupo que lhes permite cooperar entre si. Se espera que os outros se comportem confiável e honestamente, os membros do grupo acabarão

confiando uns nos outros. A confiança é o lubrificante, levando qualquer grupo ou organização a funcionar com maior eficiência (Fukuyama, 2002, p. 155).

O compartilhamento dessas normas não produziria, no entanto, por si só, o capital social. As normas necessárias para a produção de capital social precisam incluir virtudes como: falar a verdade, cumprir obrigações e exercer a reciprocidade (Fukuyama, 2002). São componentes que existem em qualquer cultura ou sociedade, contudo o capital social tem dificuldades para o seu surgimento em algumas culturas.

Nas palavras de Fukuyama (2002), medir o estoque total de relações sociais cooperativas com base em normas de honestidade e reciprocidade não é tarefa fácil. O autor expõe que, em vez de se medir o capital social como um valor positivo, pode ser mais fácil determinar a sua ausência, usando medidas tradicionais de disfunção social, como taxas de criminalidade, consumo de drogas, suicídio e outros exemplos do gênero.

O argumento central dos estudos de Fukuyama (1995, citado por Lazzarotto; Reule; Nazzari, 2010) defende que níveis elevados de confiança social gerem desenvolvimento econômico, particularmente na transição da economia pós-industrial.

Já para Tabosa et al. (2009), o capital social leva em consideração os aspectos da sociedade e suas relações sociais, em que a região que consegue reunir esse fator possui melhores condições de obter um desenvolvimento sustentável. O capital social, sozinho, não consegue promover o desenvolvimento econômico, ele pode ser considerado a base para as regiões enfrentarem e se adaptarem aos desafios presentes e futuros.

Deve-se enfatizar hoje a importância de desenvolver na cultura do povo o espírito de coletividade e solidariedade para alcançar o desenvolvimento, valorizando a sociedade, construindo ou fortalecendo o capital social, objetivando melhorias nas condições de vida das populações, empenhando as relações sociais no território (Tabosa et al., 2009).

Segundo Farah Junior, Brito e Brito (2006), esse fortalecimento do capital social está condicionado à criação de uma rede de cooperação entre atores e instituições públicas e privadas. À medida que as ações deixam de ser individualizadas e ficam mais coletivas, torna-se necessária a constituição de um processo de coordenação das diversas ações de modo a garantir a formação de sinergias que possam beneficiar as atividades econômicas de uma região, de modo que o desenvolvimento dessas atividades possa resultar em um Arranjo Produtivo Local (APL) ou até em cadeias produtivas consolidadas.

De acordo com Willers, Staduto e Lima (2010), é a partir da década de 1990 que se percebe a existência de uma forte relação entre capital social e a formação de aglomerações produtivas localizadas. Estudos teóricos e empíricos demonstram que em aglomerações produtivas, especialmente aquelas reconhecidas como Arranjos Produtivos Locais, as empresas (de micro, pequeno e médio porte) têm mais condições de sobreviver de modo competitivo e sustentado. Em conjunto com a sociedade local têm alcançado índices de crescimento econômico que viabilizam a retomada do desenvolvimento econômico-social local (Albagli; Maciel, 2003).

Além dessa relação com a formação de aglomerações produtivas localizadas, o capital social é importante também para as cooperativas, a fim de que estas possam liderar e conduzir o seu próprio desenvolvimento. O capital social, tendo como fontes a confiança, o associativismo, a cooperação, a participação e a ação coletiva, contribui no desempenho das cooperativas (Moreira et al., 2010).

Para Moreira et al. (2008), a cooperação tem uma grande importância econômica, competitiva, política e social, sendo este um dos aspectos que se busca no incentivo das experiências associativas. A participação cooperativa de atores sociais, seja numa cooperativa, seja numa associação comunitária, concorre para que haja maior transparência na gestão de recursos e atos administrativos.

De acordo com Bialoskorski Neto (2002), em regiões nas quais as cooperativas agem há uma forte correlação positiva entre valor da produção, níveis de educação e menor desigualdade na posse da terra. Sendo assim, as cooperativas são organizações importantes, pois desenvolvem tanto a distribuição de renda quanto um estoque de capital social, principalmente na agricultura.

Para Salanek Filho (2007), a interação, a confiança, a definição de objetivos comuns e a estruturação da rede social são questões fundamentais para compreender o processo cooperativista e a importância relativa do capital social para o desenvolvimento do local onde ocorre. Com isso, as cooperativas colaboram para o desenvolvimento da região e para o aumento do estoque do capital social da comunidade.

Dessa forma, o capital social é importante para as cooperativas, pois assim elas podem liderar e conduzir o seu próprio desenvolvimento, proporcionando a mobilização dos fatores produtivos, num processo de autogestão (Moreira et al., 2008).

De acordo com Costa (2005), pode-se realizar uma síntese e afirmar que o capital social é formado por três elementos: confiança, relações sociais e regras e sanções. A confiança é o componente básico do capital social, dado que, quanto maior é o seu nível, maior será o nível de cooperação que ela proporcionará. As relações sociais, segundo Coleman (1994, citado por Costa, 2005), referem-se ao número de situações diferentes nas quais os atores se relacionam. Quanto maior o número dessas relações, maior será o nível de confiança, aumentando, assim, o conhecimento sobre o indivíduo com que se está interagindo.

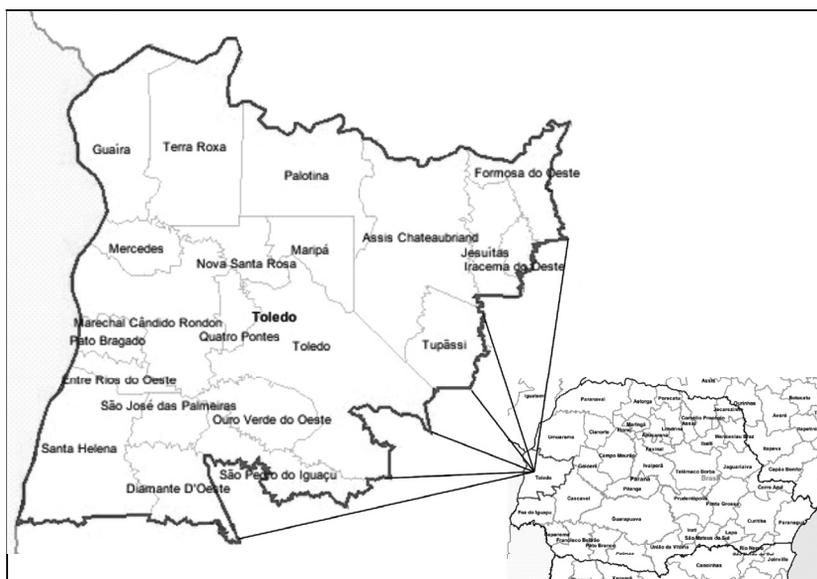
As regras e as sanções estabelecidas nas relações são o último elemento do capital social. Essa possibilidade de monitorar a ação do outro por meio de regras aumenta a confiança e a cooperação, pois institui parâmetros para

futuras punições. As sanções aplicadas aos transgressores das regras diminuem a possibilidade de alguns indivíduos agirem de má-fé e aumentam o nível de confiança existente nas relações (Costa, 2005).

Procedimentos Metodológicos

A Microrregião de Toledo é uma das microrregiões do Estado do Paraná pertencente à mesorregião Oeste Paranaense e está dividida em 21 municípios, os quais possuem uma área total de 8.754,994 km², conforme destaca a Figura 1.

Figura 1 – Municípios da Microrregião de Toledo



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2009.

Para alcançar o objetivo utilizou-se a metodologia utilizada por Oliveira (2006) para identificar o estoque de capital social existente na microrregião, fazendo-se assim uma pesquisa sobre as instituições representativas (sindicatos e associações), os fóruns, os conselhos e as câmaras

setoriais localizados na microrregião, utilizando-se de fontes secundárias para quantificar esse estoque. Assim, utiliza-se, neste texto, o estoque de capital social institucional como variável de estudo.⁵

Colonização e Ocupação da Microrregião de Toledo

A Microrregião de Toledo tem cerca de 359.397 habitantes, número estimado em 2007 pela BDE (Base de Dados do Estado) e está dividida em 21 municípios.

O município de Toledo é um dos principais da microrregião, está situado na Região Extremo Oeste do Paraná, que é uma área de colonização relativamente recente. A atividade inicial que promovia a ocupação era a exploração de madeira para a Argentina e o Uruguai. O desenvolvimento de Toledo deu-se de forma acelerada em torno da economia das comunidades agrícolas. Na década de 60 até 1970, a modernização imprimiu novas relações no campo e a especialização agrícola favoreceu a monocultura e a concentração da propriedade, ocasionando o êxodo rural e a acelerada urbanização (SESCPR, 2010).

Segundo Schallenberger e Colognese (1993), a partir da revolução de 1930, com a adoção de um modelo de desenvolvimento nacional, o Brasil buscou definir as suas fronteiras, integrando os seus espaços produtivos para incrementar a produção agrícola e a industrialização. Esta integração só seria possível mediante um processo de ocupação e de colonização. Assim, com a nacionalização das fronteiras e com a criação do Território do Iguaçu, aumentou-se a confiabilidade em torno do empreendimento colonizador.

⁵ Ressalta-se, entretanto, que os autores compartilham da ideia de que somente o número de instituições pode estar enviesando as informações, uma vez que pode haver um número elevado de instituições em um município, mas um número reduzido de integrantes em cada uma ao se comparar, por exemplo, com um local com menos instituições e com mais integrantes em cada uma. De qualquer forma, o número de instituições já traz indícios importantes sobre o nível de cooperação em cada região.

Em 1946 foi fundada, por um grupo gaúcho, a Industrial Madeireira e Colonizadora Rio Paraná S/A (Maripá), tornando-se o principal agente de colonização do Oeste do Paraná. Essa firma tinha sede em Porto Alegre e escritório em Toledo. Seu sistema de colonização era embasado na pequena propriedade agrícola, objetivando a cultura diversificada, que era voltada para as necessidades de subsistência e da demanda do mercado local (Schallenger; Colognese, 1993).

Esse modelo de colonização adotado pela Maripá reproduzia a experiência herdada dos imigrantes alemães e italianos. Segundo Silva (1988, citado por Schallenger; Colognese, 1993), a definição da estrutura física e da demarcação dos lotes respeitava as condições básicas para a integração dos habitantes nas colônias, criando núcleos no sentido de facilitar a vida comunitária e o associativismo, a tradição religiosa e sociocultural. Houve, também, a preocupação de se criar condições físicas e sociais adequadas que possibilitassem as interações econômicas, sociais e culturais capazes de formar as bases de uma comunidade rural. Nesses núcleos coloniais, além da igreja e da escola, o comércio e, depois, os salões comunitários, passaram a ter um papel muito importante para a integração comunitária.

Nesse contexto, o processo de colonização do Oeste do Paraná comportou certas características marcadas pela forte influência do espírito comunitário, da cooperação e do pioneirismo do colono (Schallenger; Colognese, 1993).

Ainda segundo os autores, num espaço de poucas motivações extragrupoais, formaram-se mecanismos de forte coesão social, de reprodução e difusão cultural, gerando uma sólida estabilidade social e um estreito elo de vivência comunitária. Como a presença do Estado não existia, isso fez com que as comunidades, por meio da cooperação e do gênio criativo, buscassem soluções mais adequadas na satisfação da demanda dos serviços essenciais. Com isso, surgiram escolas, sociedades hospitalares, cooperativas, entre outras instituições/entidades.

O impacto da modernização na agricultura e a inserção no modelo agrícola brasileiro tiveram repercussões significativas no conjunto das relações sociais, na cultura e na estrutura de produção agropecuária do Oeste do Paraná.

Nesse contexto, de acordo com Schallenberger e Colognese (1993), as cooperativas agrícolas foram criadas, a partir de 1957, como mediadoras entre os interesses da modernização e dos vínculos gregários e associativistas dos colonos, que contribuíram para o processo da especialização agrícola. Além de lançar tecnologias novas, mobilizaram capitais sociais com o objetivo de instalar a infraestrutura necessária para a demanda dos produtos agrícolas no mercado internacional.

Com a inserção da região no mercado internacional, as comunidades viram sua capacidade de autogestão diminuir. Romperam-se os vínculos societários. As relações de confiabilidade foram substituídas pelas relações contratuais e estas amarraram os indivíduos a determinadas instituições. Assim, a Região Oeste do Paraná sofreu impactos decorrentes das projeções geopolíticas, estratégicas e imperialistas, que mudaram a organização do seu espaço e a dinâmica social. Um exemplo que ocorreu na região decorrente dessas projeções foi a construção da hidrelétrica de Itaipu, com a mudança estrutural regional, tanto no âmbito econômico quanto no social. A construção dessa hidrelétrica atraiu para a região um grande contingente de mão de obra, oriunda de diferentes regiões do país. Esse contingente trouxe para a região novos padrões de consumo e de comportamento moral, alterando fortemente as relações sociais (Schallenberger; Colognese, 1993).

Schallenberger e Colognese observam:

A modernização, a urbanização e as interferências sobre a organização do espaço e da produção econômica, social e cultural afetaram profundamente a mentalidade, as representações e os valores de referência do homem do Oeste do Paraná (1993, p. 27).

Ainda sobre a perspectiva da colonização da região, Ghizzo, Teixeira e Fantinel (2008) afirmam que houve dois movimentos distintos, porém não contraditórios. O primeiro foi até a década de 40, com o objetivo de extrair madeira e erva-mate, e que não resultou em evolução econômica ou demográfica. Já o segundo movimento, pós-1940, surgiu quando a Região Oeste do Paraná passou a viabilizar-se como área de colonização e foi capaz de absorver grandes contingentes populacionais (Rippel, 2005).

A partir da década de 40 o governo paranaense impulsionou o comércio de terras na Região Oeste, estimulando a colonização. Com isso, no final da década de 50, iniciou-se na região a construção das primeiras rodovias, o que favoreceu a expansão do comércio e, conseqüentemente, a vinda de mais imigrantes. No decorrer da década de 60 e início dos anos 70, com a modernização da agricultura, muitos desses imigrantes mudaram para as cidades, pois não conseguiram mais se manter no campo (Ghizzo; Teixeira; Fantinel, 2008).

A Região Oeste paranaense e, em especial, a Microrregião de Toledo, passou a receber novos direcionamentos no campo econômico, desenvolvendo principalmente o setor agroindustrial. Essas inovações proporcionaram, ao longo do tempo, uma relativa concentração da indústria e crescimento populacional (Ghizzo; Teixeira; Fantinel, 2008).

Dessa forma, nos anos 60, a estrutura regional já era suficiente para as necessidades locais e condicionava a criação de novos municípios.

De acordo com Schoroeder e Lima (2008), o processo de ocupação dos municípios influencia as características espaciais e culturais de cada um deles. A partir da investigação do processo histórico de ocupação destes, é possível reconhecer sua dinâmica de formação e expansão, proporcionando a compreensão acerca da organização espacial e da influência cultural desses municípios.

Assim, o Quadro 1 mostra a data de instalação, a origem, o desmembramento e a colonização dos municípios que pertencem à Microrregião de Toledo.

Segundo Pieruccini, Tschá e Iwake (2008), no Censo de 1950 existia, no Extremo-Oeste paranaense, apenas o município de Foz do Iguaçu, do qual faziam parte os núcleos urbanos de Cascavel, Catanduvras, Guaíra, Santa Helena, Toledo, Medianeira e Matelândia. Estes, em 1960, à exceção de Catanduvras e de Santa Helena, haviam assumido a condição de municípios.

Em relação à Microrregião de Toledo, existiam as vilas de Marechal Cândido Rondon, Palotina e Terra Roxa, que, no decorrer da década, iriam, juntamente com Catanduvras e Santa Helena, adquirir autonomia municipal. Os centros urbanos de Formosa do Oeste e Assis Chateaubriand surgiram depois de 1960 e passaram à categoria de sedes-municípios, respectivamente em 1961 e 1966 (Pieruccini; Tschá; Iwake, 2008).

Quadro 1 – Data de instalação, município de origem e colonização dos municípios da microrregião de Toledo

Década	Município	Data de Instalação	Origem e Desmembramento dos Municípios	Colonização
Década de 50	Toledo	14/12/1952	Foz do Iguaçu	Industrial Madeireira Colonizadora Rio Paraná – Maripá
	Guaíra	14/12/1952	Foz do Iguaçu	Encampamento da Cia Matte Laranjeiras –
Década de 60	Formosa do Oeste	8/12/1961	Cascavel	Colonizadora Sociedade Imobiliária Noroeste do Paraná – Sinop
	Marechal Cândido Rondon	2/12/1961	Foz do Iguaçu e Toledo	Industrial Madeireira Colonizadora Rio Paraná – Maripá
	Palotina	3/12/1961	Guaíra e Toledo	Empresa Pinho e Terra Ltda.
	Terra Roxa	27/10/1962	Guaíra	Companhia Colonizadora de Desenvolvimento Rural – Codal
	Assis Chateaubriand	7/4/1967	Cascavel, Palotina e Toledo	Colonizadora Norte do Paraná S.A.
	Santa Helena	22/12/1968	Marechal Cândido Rondon e Medianeira	Colonizadora Madalosso – de Erechim – RS

Década de 70	Nova Santa Rosa	31/1/1977	Marechal Cândido Rondon, Palotina, Terra Roxa e Toledo	Colonos do antigo município de Santa Rosa, no Rio Grande do Sul. A maior parte de origem germânica.
Década de 80	Jesuítas	1º/2/1983	Formosa do Oeste	Marcha para o Oeste
	Tupãssi	1º/2/1983	Assis Chateaubriand	Colonizadoras Norte do Paraná S/A e Imobiliária Paraná Ltda.
	São José das Palmeiras	1º/1/1986	Santa Helena	Desbravadores – Bandeirantes
	Diamante d'Oeste	1º/1/1989	Matelândia	Imigrantes Sulinos
Década de 90	Ouro Verde do Oeste	1º/1/1990	Toledo	Industrial Madeireira Colonizadora Rio Paraná – Maripá
	Entre Rios do Oeste	1º/1/1993	Marechal Cândido Rondon	Industrial Madeireira Colonizadora Rio Paraná – Maripá
	Iracema do Oeste	1º/1/1993	Formosa do Oeste	Das regiões de Minas Gerais, São Paulo e interior do Paraná
	Maripá	1º/1/1993	Palotina	Industrial Madeireira Colonizadora Rio Paraná – Maripá
	Mercedes	1º/1/1993	Marechal Cândido Rondon	Industrial Madeireira Colonizadora Rio Paraná – Maripá
	Pato Bragado	1º/1/1993	Marechal Cândido Rondon	Industrial Madeireira Colonizadora Rio Paraná – Maripá.
	Quatro Pontes	1º/1/1993	Marechal Cândido Rondon	Industrial Madeireira Colonizadora Rio Paraná – Maripá
	São Pedro do Iguaçu	1º/1/1993	Toledo	Colonizadora Bentem

Fonte: Ipardes (2010); Paranacidade (2010); Pieruccini; Tschá; Iwake (2008).

Na região, por volta de 1960, ocorreu o encontro das frentes de colonização provenientes da expansão das fronteiras agrícolas de São Paulo e do Rio Grande do Sul, fazendo com que surgissem os centros urbanos de Assis Chateaubriand e de Formosa do Oeste (Pieruccini; Tschá; Iwake, 2008).

Importância, também, deve ser dada às emancipações que derivam do município de Marechal Cândido Rondon, quais sejam: Entre Rios do Oeste, Mercedes, Pato Bragado e Quatro Pontes. Esses municípios, juntamente com Diamante d'Oeste, Santa Helena, São José das Palmeiras, Terra Roxa e Guaíra, possuem uma característica comum, que é o recebimento de *royalties* pertinentes ao lago de Itaipu (Pieruccini; Tschá; Iwake, 2008).

Ao longo das décadas de 70, 80 e 90, completaram-se os processos emancipatórios na Região Oeste do Paraná. Como pôde ser visto no Quadro 1, quatro municípios instalaram-se na década de 80 e oito na década de 90.

Cabe também destacar que, em muitos desses municípios, a Colonizadora que se destacou foi a Industrial Madeireira Rio Paraná – Maripá. Já os municípios de Guaíra, Formosa do Oeste, Terra Roxa, Jesuítas, Diamante d'Oeste e Iracema do Oeste não apresentaram uma colonizadora específica como fomentadora de ocupação, ou seja, não foram desmembrados de municípios que foram colonizados pela Maripá.

Nos municípios que foram desmembrados e em que o município de origem foi ocupado por uma colonizadora, por exemplo, a Maripá, as características de homogeneidade de população também se fizeram presentes, e as características sociais apresentadas por Schallenger e Colognese coexistiam. A colonizadora tinha como objetivo facilitar a vida comunitária e o associativismo, a tradição religiosa e sociocultural dos municípios ocupados.

Capital Social na Microrregião de Toledo

Conforme já mencionado, vários dos municípios que formam a Microrregião de Toledo foram criados e emancipados recentemente. Por outro lado, mesmo os municípios mais novos apresentaram diminuição na população residente total. Esse fato está relacionado a dois movimentos principais: ao grande número de emancipações, que fez com que o município de origem perdesse população, e à modernização da agricultura, que expulsou parte da população das áreas rurais. Como todos os municípios tinham em sua origem uma maior proporção de população rural, eles não conseguiram absorver o êxodo rural em suas áreas urbanas e, com isso, perderam parte dos residentes, que migraram ou para municípios próximos ou para outros Estados. Para maiores esclarecimentos sobre esse processo de migração, ver Rippel (2005).

Nesse contexto, analisando a Tabela 1, sobre a população rural, urbana e total dos municípios da Microrregião de Toledo, destacam-se os municípios que perderam população nesse período, como foi o caso de Assis Chateaubriand, Palotina, Terra Roxa e Formosa do Oeste, que tiveram uma grande perda na sua população total de 1970 até o ano de 2007, na ordem de -59,00%, -35,95%, -57,61% e -82,99%, respectivamente. O município que mais cresceu em população foi Toledo, com um aumento de 59,48% de 1970 até 2007, mostrando ser o município mais dinâmico da Microrregião.

Como é possível observar, até a década de 80 apenas três municípios haviam se tornado mais urbanos que rurais, ou seja: Assis Chateaubriand, Guaíra e Toledo. Isso ocorreu bem no período da modernização na agricultura e do processo de industrialização no país, proporcionando um intenso êxodo rural.

A partir da década de 90, os outros municípios da Microrregião foram tornando-se mais urbanizados, com exceção de Diamante d'Oeste, Mercedes e Santa Helena, que até o ano de 2007 ainda apresentavam uma maior proporção de população rural sobre a população total.

Tabela 1 – População rural, urbana e total para os municípios da microrregião de Toledo de 1970-2007

Municípios	População Rural						População Urbana						População Total					
	1970	1980	1991	1996	2000	2007	1970	1980	1991	1996	2000	2007	1970	1980	1991	1996	2000	2007
Assis Chateaubriand	67.361	26.250	10.902	8.105	6.265	4.435	11.239	28.379	28.835	27.553	27.052	27.791	78.600	54.629	39.737	35.658	33.317	32.246
Diamante do Oeste	-	-	6.377	2.555	2.398	2.626	-	-	2.876	2.285	2.480	2.318	-	-	9.253	4.840	4.878	4.944
Entre Rios do Oeste	-	-	-	1.896	1.337	1.543	-	-	-	1.172	1.991	2.299	-	-	-	3.068	3.328	3.842
Formosa do Oeste	40.302	25.997	7.969	4.644	3.725	2.791	3.976	10.005	7.227	5.097	5.030	4.741	44.278	36.002	15.196	9.741	8.755	7.532
Guaíra	21.614	9.571	7.210	7.113	3.781	3.076	11.261	19.599	22.790	22.169	24.878	25.607	32.875	29.170	30.000	29.282	28.659	28.683
Iracema do Oeste	-	-	-	932	820	637	-	-	-	2.038	2.131	1.943	-	-	-	12.841	10.426	9.832
Jesuítas	-	-	73.304	4.816	4.424	3.318	-	-	5.537	5.610	5.408	5.507	-	-	-	2.970	2.951	2.580
Marechal Cândido Rondon	36.610	31.171	22.975	14.925	9.761	9.111	7.166	25.039	26.455	22.683	31.246	35.451	43.776	56.210	49.430	37.608	41.007	44.582
Maripá	-	-	-	3.450	2.888	2.546	-	-	-	2.738	3.001	3.025	-	-	-	6.188	5.889	5.571
Mercedes	-	-	-	3.533	3.112	2.849	-	-	-	945	1.496	1.864	-	-	-	4.478	4.608	4.713
Nova Santa Rosa	-	5.143	3.887	3.803	3.228	3.403	-	1.752	3.155	3.266	3.897	4.179	-	6.895	7.042	7.069	7.125	7.582
Ouro Verde do Oeste	-	-	2.962	2.391	2.089	1.718	-	-	3.368	3.559	3.383	3.747	-	-	6.330	5.950	5.472	5.465
Palotina	37.791	15.399	11.005	6.246	5.031	4.459	5.214	12.854	19.700	18.537	20.740	23.086	43.005	28.253	30.705	24.783	25.771	27.545
Pato Branco	-	-	-	2.108	1.706	1.636	-	-	-	1.503	2.343	2.995	-	-	-	3.611	4.049	4.631
Quatro Pontes	-	-	-	2.222	1.852	1.578	-	-	-	1.377	1.794	2.091	-	-	-	3.599	3.646	3.669
Santa Helena	24.726	27.667	12.360	11.745	10.673	12.450	2.108	7.215	6.501	7.741	9.818	10.344	26.834	34.882	18.861	19.486	20.491	22.794
São José das Palmeiras	-	-	3.241	2.384	1.843	1.589	-	-	-	2.355	2.068	2.259	2.284	-	-	5.596	4.452	4.102
São Pedro do Iguaçu	-	-	-	4.985	3.274	2.678	-	-	-	2.337	4.003	3.862	-	-	-	7.322	7.277	6.540
Terra Roxa	32.100	14.518	8.023	5.903	5.258	4.121	6.137	10.707	11.797	10.982	11.042	12.087	38.237	25.225	19.820	16.885	16.300	16.208
Toledo	53.845	38.258	22.477	14.292	12.280	11.251	15.040	43.029	72.402	76.125	85.920	98.606	68.885	81.287	94.879	90.417	98.200	109.857
Tupãssi	-	-	3.468	2.710	2.598	2.179	-	-	5.361	5.653	5.420	5.576	-	-	8.829	8.363	8.018	7.755

Fonte: BDE, 2010; Ipeadata, 2010.

A partir dos dados do IBGE.

(*) Contagem da população

De acordo com o que Schallenger e Colognese (1993) mencionaram, o impacto da modernização na agricultura e a inserção no modelo agrícola do país trouxeram uma mudança significativa nas relações sociais, na cultura e também na estrutura de produção agropecuária. Com isso foram rompendo-se os vínculos societários, alterando-se a relação de confiança que havia na comunidade.

A confiança é a essência do capital social e é resultado da cooperação e da eficiência coletiva. As relações de confiabilidade foram sendo substituídas pelas relações contratuais, em que o interesse agora não é mais coletivo, e sim individual.

Deve-se enfatizar que, para alcançar, o desenvolvimento de uma região, é importante que se desenvolva o espírito de coletividade, de cooperação e de solidariedade, para assim construir ou fortalecer o capital social na região (Tabosa et al., 2009).

Outra questão importante a destacar é a forte relação entre capital social e a formação de aglomerações produtivas localizadas, os conhecidos APLs (Arranjos Produtivos Locais), que, em conjunto com a sociedade local, têm alcançado um considerável crescimento econômico em várias regiões do Brasil, entre elas pode-se destacar o APL de Moda Bebê, de Terra Roxa, que será mais explorado em seguida.

Nesse contexto, o Quadro 2 mostra, além dos APLs, as cadeias produtivas e os setores com mais empregos dos municípios da Microrregião. Percebe-se que poucos municípios apresentam cadeias produtivas consolidadas e, deles, a grande maioria se destaca na atividade industrial de alimentos e bebidas, como é o caso dos municípios de Maripá, Nova Santa Rosa, Ouro Verde do Oeste, Palotina, Santa Helena, Toledo e Tupãssi. Todos esses municípios apresentaram especializações nos setores primário, secundário e terciário que se relacionavam a essas atividades. Além desses, os municípios de São José das Palmeiras e de Terra Roxa apresentaram uma

cadeia produtiva relacionada à atividade de borracha, fumo, couro, peles, similares, indústrias diversas; e São Pedro do Iguçu, à atividade de madeira e mobiliário.

Por outro lado, seguindo a metodologia apresentada, verifica-se que os municípios de Marechal Cândido Rondon, Palotina, Terra Roxa e Toledo apresentaram formação de APLs, pois tinham, além de atividades especializadas, uma concentração maior que 1% no total da mesma atividade no Estado do Paraná. Deve-se ressaltar que os dois primeiros municípios se destacam com o APL ligado às atividades da indústria de produtos alimentares, mostrando que, nessa Microrregião, essa atividade tem grande importância, seja para a consolidação de várias cadeias produtivas, seja na própria formação de APLs em potencial ou em relação ao número de estabelecimentos existentes nessa atividade. Terra Roxa apresentou um APL ligado à atividade têxtil e Toledo apresentou o maior número de APLs, ratificando a importância desse município em âmbito microrregional e também estadual, uma vez que todos esses setores tinham uma participação maior que 1% no Paraná, quais sejam: indústria de calçados; indústria química; produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico; indústria têxtil; borracha, fumo, couro, peles e similares; e serviço de alojamento, alimentação, reparação, manutenção, redação, radiodifusão e televisão. Vale ressaltar que todos esses casos merecem maior atenção no sentido de se investigar se todos os pressupostos atribuídos a APLs estão presentes.

Nesse contexto, de acordo com o que Putnam destaca, os sistemas de participação cívica, como as associações comunitárias, as cooperativas, os clubes desportivos, entre outros, são uma forma essencial de capital social e quanto mais desenvolvidos forem esses sistemas na comunidade, maior será a cooperação em benefício de todos.

Assim, de acordo com os resultados da pesquisa, pode-se destacar que, para o município de Marechal Cândido Rondon, com um APL em alimentos e bebidas, são várias as associações que estão relacionadas a esse setor, como a Associação de Pequenos Produtores Rurais de Arroio Fun-

do, a Associação dos Aquicultores, Associação Leite Oeste e a Associação Municipal dos Suinocultores. Os sindicatos que se pode destacar são os seguintes: Sindicato dos Trabalhadores e Cooperativa Agrícola Agropecuária e Agroindústria de Palotina e Região (Sintrascopa) e o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação de Marechal Cândido Rondon (Sintrinal). Assim, constata-se que as principais especializações também se refletem em uma maior cooperação por parte dos agentes envolvidos, fato que pode ser observado nos demais municípios.

Em Nova Santa Rosa existe uma cadeia produtiva no setor de alimentos e bebidas. Pode-se destacar, assim, a Associação Municipal de Suinocultores e os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais e dos Produtores e Entregadores Rurais. E em Ouro Verde do Oeste também existe uma cadeia produtiva nesse setor, destacando aqui a Associação de Produtores Rurais.

Para o município de Palotina existe tanto cadeia produtiva como APL no setor de alimentos e bebidas. São várias as associações que estão relacionadas a esse setor, como a Associação dos Funcionários da Coopervale (Asfuca), Associação Municipal dos Suinocultores e a Associação Palotinese de Aquicultura (AMSP). O sindicato que se pode destacar é o Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

Quadro 2 – Cadeias produtivas, APLS e setores com mais empregos dos municípios da Microrregião de Toledo

QLs	Municípios	Cadeias Produtivas	APL	Setores com mais Empregos
Diversificação	Entre Rios do Oeste	–	–	Agricultura, Administração Pública, Alojamento e Comunicação
	Formosa do Oeste	–	–	Comércio Varejista, Administração Pública, Indústria Têxtil
	Iracema do Oeste	–	–	Administração Pública, Agricultura, Indústria Têxtil
	Maripá	Alimentos e Bebidas	–	Administração Pública, Alimentos e Bebidas, Comércio Atacadista
	Mercedes	–	–	Administração Pública, Comércio Varejista, Alimentos e Bebidas
	Nova Santa Rosa	Alimentos e Bebidas	–	Administração Pública, Comércio Varejista, Indústria Mecânica
	Ouro Verde do Oeste	Alimentos e Bebidas	–	Administração Pública, Alimentos e Bebidas, Agricultura
	Pato Bragado	–	–	Alimentos e Bebidas, Administração Pública, Comércio Varejista
	Quatro Pontes	–	–	Alimentos e Bebidas, Administração Pública, Indústria Mecânica
	Santa Helena	Alimentos e Bebidas	–	Comércio Varejista, Administração Pública, Agricultura
Tupãssi	Alimentos e Bebidas Indústria Química	–	Administração Pública, Alimentos e Bebidas, Comércio Atacadista	
Especialização	Assis	–	–	Comércio Varejista, Administração Pública, Alojamento e Comunicação
	Diamante d'Oeste	–	–	Administração Pública, Comércio Varejista, Agricultura
	Guaira	–	–	Comércio Varejista, Administração Pública, Alimentos e Bebidas
	Jesuitas	–	–	Administração Pública, Alimentos e Bebidas, Agricultura
	Marechal Cândido Rondon	–	Alimentos e Bebidas	Alimentos e Bebidas, Comércio Varejista, Administração Imóveis, Serviços Técnicos Profissionais
	Palotina	Alimentos e Bebidas	Alimentos e Bebidas	Alimentos e Bebidas, Comércio Varejista, Comércio Atacadista
	São José das Palmeiras	Borracha, Fumo, Couro	–	Administração Pública, Comércio Varejista, Agricultura
	Terra Roxa	Borracha, Fumo, Couro	Indústria Têxtil	Indústria Têxtil, Comércio Varejista, Administração Pública
Toledo	–	Indústria de Calçados Indústria Química Alimentos e Bebidas Indústria Têxtil Borracha Fumo Couro Alojamento Comunicação	Alimentos e Bebidas, Comércio Varejista, Alojamento e Comunicação	

Fonte: Resultados da Pesquisa.

Notas: Especialização = diminuição do número de QLs>1;
diversificação = aumento do número de QLs>1.

Em Santa Helena existe uma cadeia produtiva no setor de alimentos e bebidas e algumas associações que estão ligadas a esse setor, como é o caso das várias associações de produtores, como a Associação de Produtores Hortifrutigranjeiros da Linha Navegantes e a Associação Municipal de Pequenos Agricultores. E o sindicato que se pode destacar é o dos Trabalhadores Rurais.

No município de Terra Roxa, com a formação de uma cadeia produtiva e com um importante APL na região, têxtil e vestuário, existem associações e sindicatos que estão relacionados com esse setor, como é o caso do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria do Vestuário Cascavel e Região; e a Associação Comercial Industrial e Agrícola de Terra Roxa.

O município que mais se destaca na Microrregião, Toledo, apresenta uma cadeia produtiva em alimentos e bebidas e vários APLs (calçados; indústria química; alimentos e bebidas; têxtil; borracha, fumo, couro e alojamento), tendo várias associações e sindicatos que se relacionam com esses setores, como é o caso da Associação Esportiva e Recreativa Sadia, da Tolefar (Associação das Farmácias e Drogarias de Toledo), e da Asui-noeste (Associação Regional dos Suinocultores do Oeste). Em relação aos sindicatos, pode-se destacar o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação de Toledo e o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria do Vestuário Cascavel e Região.

No município de Tupãssi destacam-se as cadeias produtivas de alimentos e bebidas, e da indústria química. São exemplos de associações que se relacionam com esses setores a Associação Municipal de Suinocultores e a Associação Comercial e Industrial de Tupãssi. Já o sindicato que se pode destacar é o dos Trabalhadores Rurais.

Observando os dados do Quadro 2, alguns municípios pequenos, como Entre Rios do Oeste, Formosa do Oeste, Iracema do Oeste, Maripá, Mercedes, Nova Santa Rosa, Ouro Verde do Oeste e Tupãssi, estão se diversificando com o passar do tempo, aumentando os setores com maior representatividade, ou seja, suas especializações.

Cabe destacar ainda que, nesses municípios, entre os setores que mais empregam se encontram algumas indústrias, como a indústria têxtil, de produtos alimentícios e bebidas e a indústria mecânica.

Podem ser destacados também os municípios que se especializaram em alguma atividade, a exemplo de Assis Chateaubriand, Diamante d'Oeste, Guaíra, Jesuítas, Marechal Cândido Rondon, Palotina, São José das Palmeiras, Terra Roxa e Toledo. Ou seja, nesses municípios está havendo uma consolidação dos setores mais importantes.

Esses municípios têm se especializado em alguns setores, como é o caso do comércio varejista, de produtos alimentícios e bebidas e de indústria têxtil, sendo os setores que mais empregam em alguns desses municípios.

Já o município de São Pedro do Iguaçu não teve mudanças nos setores, continuando os mesmos em todo o período analisado.

Mesmo nos municípios que não apresentaram cadeias produtivas ou APLs existem associações e/ou sindicatos ligados as suas principais especializações. No geral, essas associações e/ou sindicatos referem-se à atividade agropecuária, que é um dos setores mais importantes em todos esses casos. Da mesma forma, aparecem associações ligadas ao setor comercial, que também têm uma representação importante quando se fala em setores com maior capacidade de gerar postos de trabalho nos municípios de pequeno ou de médio porte.

Nesse contexto, no Quadro 3 é exposta quantidade da população por Associações/Sindicatos dos municípios da Microrregião de Toledo. Esse Quadro revela que nem sempre um município que possui o maior estoque de capital social consegue atender o mesmo número de população. Por exemplo,

o município de Mercedes consegue possuir uma associação/sindicato para cada 214 pessoas, enquanto em Ouro Verde do Oeste este número aumenta para 911 pessoas. Ressalta-se que esse Quadro não objetiva mostrar qual município está em melhor situação quando se considera o estoque de capital social, pois um grupo maior de pessoas pode, muitas vezes, cooperar melhor entre si do que um grupo menor, e vice-versa.

Quadro 3 – Número de associações/sindicatos per capita dos municípios da microrregião de Toledo

MUNICÍPIOS	NÚMERO DE ASSOCIAÇÕES/SINDICATOS	POPULAÇÃO (2007)	POPULAÇÃO POR ASSOCIAÇÕES/SINDICATOS
Ouro Verde do Oeste	6	5.465	911
Toledo	203	109.857	541
Nova Santa Rosa	15	7.582	505
Entre Rios do Oeste	8	3.842	480
Maripá	12	5.571	464
Diamante d'Oeste	11	4.944	449
Iracema do Oeste	6	2.580	430
Terra Roxa	39	16.208	416
Guaíra	70	28.683	410
Quatro Pontes	9	3.669	408
São Pedro do Iguaçu	17	6.540	385
Assis Chateaubriand	84	32.226	384
Jesuítas	23	8.825	384
Palotina	75	27.545	367
São José das Palmeiras	11	3.873	352
Pato Bragado	14	4.631	331
Formosa do Oeste	28	7.532	269
Tupãssi	29	7.755	267
Santa Helena	90	22.794	253
Marechal Cândido Rondon	183	44.562	244
Mercedes	22	4.713	214

Fonte: BDE, 2010; Resultados da Pesquisa.

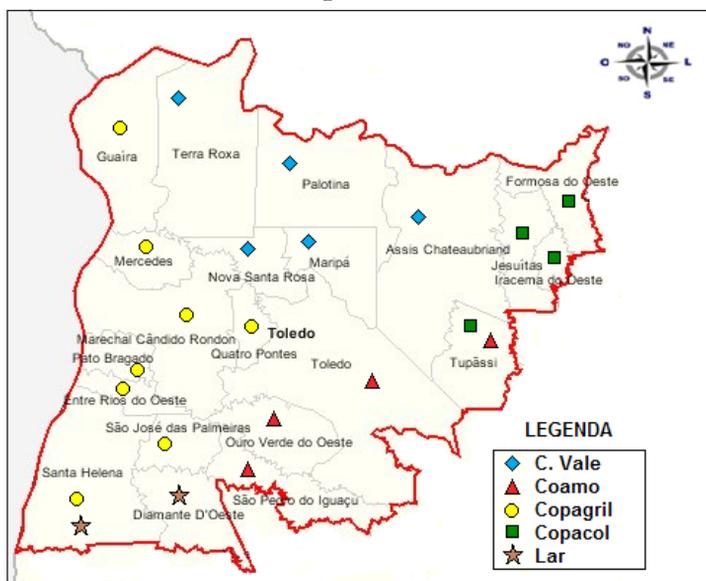
Além das associações e dos sindicatos, como exposto por Putnam, as relações presentes nas cooperativas também são essenciais para a existência e o fortalecimento do capital social, como apontado por Moreira et al. (2008), Bialoskorski Neto (2002) e Salanek Filho (2007).

No conjunto dos municípios analisados existe uma série de cooperativas e com áreas de atuação bastante variadas. Entre as cooperativas mais importantes destacam-se: a C.Vale, com sua matriz situada em Palotina; Coamo, que tem sua sede em Campo Mourão; Copacol, que tem sua matriz em Cafelândia; a Copagril, situada em Marechal Cândido Rondon; e, por último, a LAR, com sede em Medianeira.

A Figura 2 apresenta as principais cooperativas agroindustriais existentes nos municípios da Microrregião de Toledo e quais suas áreas de atuação.

Nesse sentido, as cooperativas são organizações importantes para a Microrregião. Bialoskorski Neto (2002) menciona que, em regiões nas quais elas atuam existe uma forte relação entre valor da produção, níveis de educação e menor desigualdade na posse da terra. Com isso, as cooperativas promovem tanto a distribuição de renda como também um estoque de capital social, principalmente na agricultura.

Figura 2 – Principais cooperativas agroindustriais dos municípios da microrregião de Toledo



Fonte: Resultados da Pesquisa.

As cooperativas também estão relacionadas com as associações e os sindicatos. Como exemplo temos o município de Formosa do Oeste e o de Jesuítas, com a Aercol (Associação Esportiva Recreativa dos Funcionários da Copacol); Marechal Cândido Rondon, com o Sintrascoopa (Sindicato dos Trabalhadores e Cooperativa Agrícola Agropecuária e Agroindústria de Palotina e Região), e, enfim, Maripá, Palotina e Terra Roxa, com a Associação dos Funcionários da Coopervale.

O cooperativismo é um fator importante para o aumento do capital social, levando-se em consideração tanto as cooperativas quanto os produtores rurais e elas associados. A associação desses produtores rurais em uma cooperativa tem como primeiro objetivo a finalidade econômica, mas deve-se destacar a relação de confiança criada entre os sócios e entre eles e os membros da diretoria (Pavarina, 2003). A permanência de uma cooperativa, no longo prazo, somente é possível com a presença de relações de confiança, sendo essa a essência do capital social.

Considerações Finais

O principal objetivo deste estudo foi analisar o estoque do capital social na Microrregião de Toledo (PR), considerando os respectivos municípios e suas instituições como referências de análise.

Desde a sua colonização, os municípios que compõem a Microrregião de Toledo foram criados em um modelo para facilitar a vida comunitária e o associativismo, com a preocupação de oferecer condições físicas e sociais adequadas que facilitassem a interação econômica, social e cultural, formando, assim, a base de uma comunidade rural. Essa interação aumentava com a criação dos salões comunitários, das associações e das cooperativas. Com isso, as relações de confiabilidade eram fortalecidas nas comunidades. Assim, notou-se que o capital social esteve sempre presente no processo de crescimento e de desenvolvimento desses municípios.

Com a modernização da agricultura e a urbanização, essas relações de confiabilidade foram se perdendo com o tempo. A confiança é a essência do capital social. Essa confiança é resultado da cooperação e eficiência coletiva. Durante a abordagem do tema ficou evidente a dificuldade que se tem em medir o estoque de capital social. É possível afirmar, no entanto, que o capital social é muito importante para o desenvolvimento da região.

O capital social tem uma forte relação com a formação de aglomerações produtivas localizadas, aglomerações chamadas de APLs (Arranjos Produtivos Locais), sendo que uma de suas principais características é a cooperação interfirmas baseada na confiança entre seus associados, e assim fortalecendo o capital social existente na região.

Constatou-se que na maioria dos municípios existem associações que estão ligadas de forma direta e indireta com os sindicatos e as cooperativas, revelando a forte relação de confiança que existe na comunidade e, com isso, fortalecendo o capital social. Quanto maior o número de cooperativas e de associações representativas, maior será o estoque de capital social.

Diante dos resultados apresentados, verifica-se a dificuldade em mensurar o estoque de capital social levando-se em consideração a variável “confiança” dos membros da comunidade. Especificamente sobre isso sugerem-se novas pesquisas, mais detalhadas, nessa região, especialmente pesquisas de campo, complementando os resultados evidenciados pelos dados secundários apresentados neste artigo.

Referências

ALBAGLI, S.; MACIEL, M. L. Capital social e desenvolvimento local. In: LASTRES, H. M. M.; CASSIOLATO, J. E.; MACIEL, M. L. (Orgs.). *Pequena empresa: cooperação e desenvolvimento local*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003. p. 423-440.

BAQUERO, M.; CREMONESE, D. (Orgs.). *Desenvolvimento regional, capital social e democracia local*. Ijuí, RS: Ed. Unijuí, 2008.

BDE. *Base de Dados do Estado*: BDEweb, 2010. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br/imp/index.php>>. Acesso em: 22 set. 2010.

BIALOSKORSKI NETO, S. *Estratégias e cooperativas agropecuárias*: um ensaio analítico. In: *Seminário de Política Econômica em Cooperativismo e Agronegócios da UFV*. Viçosa, 2002. Disponível em: <http://www.fearp.usp.br/~sigbial/inserir_out2002/Estrategias_e_Coo_perativas_Sig2.pdf>. Acesso em: 15 set. 2010.

COSTA, L. B. da. Análise do capital social: um estudo de caso em uma cooperativa. In: SIMPÓSIO DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 12., 2005, Bauru, SP. *Anais...* São Paulo, 2005. Disponível em: <http://www.simpep.feb.unesp.br/anais_simpep_aux.php?e=12>. Acesso em: 6 set. 2010.

FARAH JUNIOR, M. F.; BRITO, Adriana M.; BRITO, Andréia M. Arranjos produtivos locais e a experiência do Paraná. In: SIMPÓSIO DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 13., 2006, Bauru, SP. *Anais...* São Paulo, 2006. Disponível em: <http://www.simpep.feb.unesp.br/anais/anais_13/artigos/519.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2009.

FUKUYAMA, F. “Capital Social”. In: HARRISON, L. E.; HUNTINGTON, S. P. *A cultura importa*. Rio de Janeiro: Record, 2002.

FUKUYAMA, F. *Confiança*: as virtudes sociais e a criação da prosperidade. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

GHIZZO, M. R.; TEIXEIRA, J. M. C.; FANTINEL, A. L. A Feira do produtor como estratégia de desenvolvimento: o caso de Toledo-PR. SIMPÓSIO SOBRE PEQUENAS CIDADES E DESENVOLVIMENTO LOCAL E XVII SEMANA DE GEOGRAFIA, 1., 2008, Maringá. *Anais...* Maringá, PR, ago. 2008. Disponível em: <http://www.dge.uem.br/semana/eixo_3/25.pdf>. Acesso em: 20 set. 2010.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Mapas IBGE*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/mapas_ibge/>. Acesso em: 16 out. 2009.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Municípios e regiões. *Perfil dos municípios*. Curitiba: Iparades, 2010. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=6>>. Acesso em: 22 set. 2010.

IPEADATA. Dados Regionais. 2010. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/ipeaweb.dll/ipeadata?SessionID=816253493&Tick=1291217774352&VAR_FUNCAO=Ser_Temas%28133%29&Mod=R>. Acesso em: 22 set. 2010.

LAZZAROTTO, E. M.; REULE, E.; NAZZARI, R. K. *Capital social, desenvolvimento socioeconômico e cooperativismo*. 2010. Disponível em: <<http://www.unioeste.br/campi/cascavel/ccsa/IIseminario/trabalhos/Capital%20Social,%20desenvolv.%20socioeconomico.....pdf>>. Acesso em: 6 set. 2010.

MONASTÉRIO, L. M. *Capital social e grupo de interesse: uma reflexão no âmbito da economia regional*. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA, 27., 1999, Belém, PA. Disponível em: <<http://www.capitalsocial.cjb.net.>>. Acesso em: 24 ago. 2009.

MOREIRA, J. C. P. et al. *Capital social como um dos fatores de sucesso das cooperativas agroindustriais*. 2010. Disponível em: <http://www.bnb.gov.br/projwebren/Exec/artigoRenPDF.aspx?cd_artigo_ren=1147>. Acesso em: 6 set. 2010.

MOREIRA, J. C. P. et al. *Capital social como fator de sustentabilidade das cooperativas agroindustriais, estudo de caso*. Rio Branco, Acre, 20 a 23 de julho de 2008 Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural – Sober. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/9/905.pdf>>. Acesso em: 6 set. 2010.

OLIVEIRA, M. A. de. Panorama industrial da região de Irati-União da Vitória: 1995-2003. *Revista de Economia*, Curitiba, v. 32, n. 1, p. 83-112, jan./jun. 2006.

PARANACIDADE. Base de dados – municípios do Paraná. 2010. Disponível em: <<http://www.paranacidade.org.br/municipios/selecao.php>>. Acesso em: 22 set. 2010.

PASE, H. L.; SANTOS, E. Capital social e desenvolvimento no Rio Grande do Sul. In: BAQUERO, M.; CREMONESE, D. (Orgs.). *Desenvolvimento regional, capital social e democracia local*. Ijuí, RS: Ed. Unijuí, 2008.

PAVARINA, P. R. de J. P. *Desenvolvimento, crescimento econômico e o capital social do estado de São Paulo*. 2003. 181 p. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) – Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2003. Disponível em: <www.teses.usp.br/teses/disponiveis/11/11132/tde.../paula.pdf>. Acesso em: 27 out. 2010.

PIERUCCINI, M. A.; TSCHÁ, O. da C. P.; IWAKE, S. Criação dos municípios e processos emancipatórios. In: PERIS, A. F. (Org.). *Estratégias de desenvolvimento regional – Região Oeste do Paraná*. Cascavel, PR: Edunioeste, 2008.

PIFFER, M. et al. *Desenvolvimento regional do Oeste Paranaense a partir do capital social*. [s.l.], 2007. Disponível em: <<http://www.capitalsocialsul.com.br/capitalsocialsul/desenvolvementoregional/Grupo%203/14.pdf>>. Acesso em: 9 ago. 2009.

PUTNAM, R. D. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

RIPPEL, R. *Migração e desenvolvimento econômico no Oeste do Estado do Paraná: uma análise de 1950 a 2000*. Campinas, SP: [s.n.], 2005.

SALANEK FILHO, P. *Capital social e cooperativismo no processo de desenvolvimento sustentável local: uma avaliação da área de atuação da Cooperativa Copacol*. 2007. 160 f. Dissertação (Mestrado em Organizações e Desenvolvimento) – Programa de Pós-Graduação em Organizações e Desenvolvimento, Unifac, Curitiba, 2007. Disponível em: <<http://www2.fac.edu/galeria/getImage/108/1547141180403186.pdf>>. Acesso em: 6 set. 2010.

SANTOS, A. B. dos. *Desenvolvimento regional e capital social: uma abordagem para a Microrregião de Presidente Prudente-SP*. 2005. 233 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Planejamento Ambiental) – Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciência em Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, SP, 2005. Disponível em: <[http://www4.fct.unesp.br/grupos/gedra/resumos/AlvaroBarboza dosSantos.pdf](http://www4.fct.unesp.br/grupos/gedra/resumos/AlvaroBarboza%20dosSantos.pdf)>. Acesso em: 12 out. 2009.

SCHALLENBERGER, E.; COLOGNESE, S. A. *Migrações e comunidades cristãs no Sul do Brasil: o modo de ser evangélico luterano no Oeste do Paraná*. Toledo, PR: Unioeste; Facitol, 1993.

SCHOROEDER, C. A.; LIMA, M. das G. de. Desvendando o espaço e a cultura do município de Marechal Cândido Rondon/PR através do processo de ocupação. I SIMPÓSIO SOBRE PEQUENAS CIDADES E DESENVOLVIMENTO LOCAL E XVII SEMANA DE GEOGRAFIA, 1., 2008, Maringá. *Anais...* Maringá, PR, ago. 2008. Disponível em: <http://www.dge.uem.br/semana/eixo8/trabalho_31.pdf>. Acesso em: 19 set. 2010.

SESCPR. Serviço Social do Comércio do Paraná. *Regiões: Mesorregião Oeste Paranaense*. 2010. Disponível em: <<http://www.sescpr.com.br/inventario/regioes.php?cod=6>>. Acesso em: 20 set. 2010.

SOTO, W. H. G. A dialética do desenvolvimento regional: capital social, democracia, redes empresariais e dinâmicas territoriais. In: BECKER, D. F.; WITTMANN, M. L. (Orgs.). *Desenvolvimento regional – abordagens interdisciplinares*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2003. Disponível em: <<http://www.ufpel.tche.br/isp/ppgcs/publicacoes/william/7.pdf>>. Acesso em: 27 set. 2009.

TABOSA, F. J. S. et al. *A importância do capital social e da solidariedade para o desenvolvimento local*: um estudo de caso. Disponível em: <www.sober.org.br/palestra/12/10P466.pdf>. Acesso: 29 set. 2009.

WILLERS, E. M.; STADUTO, J. A. R.; LIMA, J. F. de. *Capital social e empreendedorismo*: a retomada do desenvolvimento econômico no município de Terra Roxa, PR. Disponível em: <www.capitalsociaisul.com.br/capitalsociaisul/desenvolvimentoregional/Grupo3/20.pdf>. Acesso: 13 maio 2010.

WWF BRASIL. *O que é desenvolvimento sustentável?* 2008. Disponível em: <http://www.wwf.org.br/informacoes/questoes_ambientais/desenvolvimento_sustentavel/index.cfm>. Acesso em: 12 out. 2009.